



RESUMO ATA DA 127ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 22/09/2010, sob a coordenação do Senhor Presidente Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho, realizou-se a 127ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte Pauta:

Expediente:

1. Discussão e votação da Ata da 126ª Reunião Plenária Ordinária e da Ata da 24ª Reunião Plenária Extraordinária do CADES.
2. Posse dos Srs. Aurélio Fernandez Miguel e Marcelo Pedroso dos Santos, como conselheiros titular e suplente respectivamente, representantes da Câmara Municipal de São Paulo, no CADES.
3. Informe que encontra-se disponível para consulta no CADES, pelo prazo de 45 dias, até o dia 10 de outubro de 2010, **Estudo de Viabilidade Ambiental** referente a **Subestação Instituto Butantan**.

Ordem do dia

1. Apresentação do Empreendedor e Elaborador do EIA/RIMA da Operação Urbana Consorciada Água Branca pelo Sr. Vladir Bartalini, representante da Empresa Municipal de Urbanização – EMURB e a Srª Laura Rocha de Castro Lopes representante da empresa WALM Engenharia e Tecnologia Ltda.

Anexos:

- Ata da 126ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.
- Ata da 24ª Reunião Plenária Extraordinária do CADES



RESUMO ATA DA 127ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Presidente Eduardo Jorge: Abre a reunião cumprimentando a todos. Passa para o item 1 da Ordem do dia que é a Apresentação do Empreendedor e Elaborador do EIA/RIMA da Operação Urbana Consorciada Água Branca pelo Sr. Vlado Bartalini, representante da Empresa Municipal de Urbanização – EMURB e a Srª Laura Rocha de Castro Lopes representante da empresa WALM Engenharia e Tecnologia Ltda. Explica que foi a pedido dos conselheiros para essa apresentação de hoje, e, que este projeto está em análise na SVMA e conseqüentemente irá esclarecer muitos pontos aos conselheiros que fazem parte da Câmara Técnica. Informa que hoje a coordenação será feita pela Secretária Executiva do CADES, Mary Lobas.

Vlado Bartalini e Laura Rocha:

Apresentação em tópicos: (esta apresentação está disponível aos interessados, no CADES)

EIA/RIMA - Operação Urbana Consorciada Água Branca

Identificação do Empreendedor e Consultoria Técnica

SP - Urbanismo – São Paulo Urbanismo

CNPJ nº 43.336.288/0001-82

C.C.M. 1.054.326-0

Endereço: rua São Bento nº405 – conj. 163-B – Centro.

CEP: 01008-906 – São Paulo – SP

Telefone: 3242-2622 – ramal 375

Contato: Vlado Bartalini (vbartalini@emurb.com.br)

WALM Engenharia e Tecnologia Ambiental Ltda.

CNPJ nº 67.632.216/0001-40

Endereço: Rua Apinagés, 1.100 - conjunto 609 – Perdizes.

CEP: 05017-000 – São Paulo – SP

Telefone (11) 3873-7006/ FAX (11) 3873-7020

Contato: walm@walmambiental.com.br

Equipe Técnica Multidisciplinar

NOME	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	REGISTRO PROFISSIONAL	ÁREA/ ATUAÇÃO GERAL (EIA/ RIMA)
Jacinto Costanzo Júnior	Geólogo	CREA: 65844/D	Responsável Técnico e Coordenador Geral do Trabalho



RESUMO ATA DA 127ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Laura Rocha de Castro	Arquiteta Urbanista	CREA: 5061322348/D	Coordenadora Técnica do Projeto/Meio socioeconômico
Bruno Pontes Costanzo	Eng. de Produção	CREA: 5062440285	Caracterização do Empreendimento
Walter Sérgio de Faria	Geólogo	CREA: 119498/D	Coordenação do Meio Físico
Caetano Pontes Costanzo	Geólogo	CREA: 5062983540	Diagnóstico do Meio Físico
Eduardo Murgel	Eng.Mecânico	CREA: 144082/D	Qualidade do Ar/ Níveis de Ruídos
Sueli Harumi Kakinami	Bióloga	CRBio: 14450/01/D	Coordenação do Meio Biótico
Yuri Rocha Arbex	Biólogo	CRBio: 61.157/01- P	Diagnóstico do Meio Biótico
Pedro Henrique Martinez	Geógrafo	CREA: 5062983427	Diagnóstico Meio Socioeconômico
Rucirene Miguel	Arqueóloga	-	Meio Socioeconômico: Patrimônio Histórico e Arqueológico
Helga Lützoff Bevilacqua	Advogada	OAB/SP n° 260.001	Legislação Incidente
Fernanda Machado Martins	Geógrafa	CREA: 5062112945	Coordenadora da Cartografia/ Geoprocessamento



RESUMO ATA DA 127ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Camila Corrêa	Geógrafa	-	Cartografia/ Geoprocessamento
Julierme Z. Lima Barboza	Geógrafo	CREA: 5063220828	Cartografia/ Geoprocessamento
Marina Gimenez	Estagiário/ Engenharia Ambiental	-	Apoio - Diagnóstico Meio Físico
Raquel Colombo	Estagiário/ Biologia	-	Apoio - Diagnóstico Meio Biótico
Lucas Camba	Estagiário/ Geografia	-	Apoio - Diagnóstico Meio Socioeconômico

Objeto do licenciamento

- ✓ Parâmetros de adensamento demográfico e construtivo propostos resultantes da destinação dos estoques de área adicional de construção;
- ✓ Parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo, resultantes da nova configuração espacial prevista no Plano Urbanístico e dos instrumentos de controle estabelecidos no projeto de lei da Operação Urbana Consorciada Água Branca;
- ✓ Instrumentos de indução da ocupação do solo;
- ✓ Formas de gestão compartilhada;
- ✓ Conjunto de intervenções no meio físico estabelecidas no Plano Urbanístico e no projeto da lei da Operação Urbana Consorciada Água Branca.

Justificativas

- ✓ Adequação da lei nº 11.774/95 – Operação Urbana Água Branca;
- ✓ Revisão dos estoques residenciais e comerciais;
- ✓ Lei nº 13.430/02 Plano Diretor Estratégico;
- ✓ Lei nº 13.885/04 Plano Regional Estratégico.
- ✓ Menor densidade demográfica entre os distritos da AID;
- ✓ Relação de postos de trabalho por habitantes no distrito da Barra Funda é de 3,3;



RESUMO ATA DA 127ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

- ✓ Infraestrutura de transporte de alta capacidade;
- ✓ Maior utilização dos equipamentos de lazer e cultura;
- ✓ Necessidade de adequação de novos usos em antiga área industrial.
- ✓

Localização do Empreendimento

Áreas de Influências

AII – Município de São Paulo

AID – Meio físico e biótico perímetro da Operação Urbana mais intervenções fora do perímetro. Meio socioeconômico limites zonas de pesquisa OD do entorno imediato do perímetro.

ADA – Meio físico e biótico: intervenções. Meio socioeconômico limites zonas de pesquisa OD inseridas dentro do perímetro.

Diagnóstico da Área de Estudo

Diagnóstico Meio Físico

Foram nove temas tratados para o diagnóstico do meio físico:

- ✓ Clima e condições climáticas;
- ✓ Qualidade do ar;
- ✓ Aspectos geológicos;
- ✓ Aspectos geotécnicos;
- ✓ Aspectos geomorfológicos;
- ✓ Susceptibilidade dos terrenos;
- ✓ Níveis de ruídos:

Foram definidos 16 pontos para a medição de ruídos.

Aspectos Principais

- ✓ Áreas potenciais à inundações e alagamentos:

Mapa das áreas potenciais de ocorrência de inundações na RMSP IG/USP, 1998 CGESP - Centro de Gerenciamento de Emergências da Prefeitura de SP.

- Foram identificados os locais mais frequentes de alagamentos:

- cruzamento entre av. Marquês de São Vicente e av. Nicolas Bôer;



RESUMO ATA DA 127ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

- ❑ cruzamento entre av. Francisco Matarazzo e av. Pompéia – viaduto Pompéia;
- ❑ cruzamento entre av. Marquês de São Vicente e av. Ordem e Progresso;
- ❑ av. Marquês de São Vicente na praça Pascoal Martins;
- ❑ cruzamento entre a av. Gustavo Willy Borghoff e viaduto Antártica.
- ✓ Áreas contaminadas:
 - ❑ Manual de Gerenciamento de Áreas Contaminadas – CETESB (1999) e SVMA;
 - ❑ Lei nº 13.577/09 Dispõe sobre as diretrizes e procedimentos para a proteção da qualidade do solo e gerenciamento de áreas contaminadas;
 - ❑ Áreas oficialmente contaminadas na ADA: dois postos de gasolina (CETESB) e um conjunto habitacional e um estabelecimento comercial (SVMA).

Diagnóstico Meio Biótico

Os temas tratados para o diagnóstico do meio biótico foram:

- ✓ Vegetação;
- ✓ Áreas verdes existentes;
- ✓ Áreas de preservação permanente;
- ✓ Avifauna.

Aspectos Principais

- Vegetação:
 - ⇒ Foram identificados para as áreas de influência do estudo:
 - ✓ 166 espécies, das quais 130 espécies foram registradas para AID e 36 para a ADA;
 - ✓ Representante mais significativo o Parque Dr. Fernando Costa – AID;
 - ✓ Na ADA os locais com maior número de espécies são os centros de treinamentos.
- Avifauna:
 - ⇒ Foram identificados para as áreas de influência do estudo:
 - ✓ 60 espécies, das quais 44 espécies foram registradas para AID e 16 para a ADA.

Diagnóstico Meio Socioeconômico



RESUMO ATA DA 127ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Foram 19 temas tratados para o diagnóstico do meio socioeconômico:

- ✓ Dinâmica demográfica;
- ✓ Identificação da população favelada;
- ✓ Perfil econômico;
- ✓ Educação;
- ✓ Cultura e lazer;
- ✓ Saúde;
- ✓ Saneamento básico;
- ✓ Habitação;
- ✓ Energia elétrica;
- ✓ Índices de qualidade de vida;
- ✓ Uso e ocupação do solo;
- ✓ Legislação urbanística;
- ✓ Estruturação urbana;
- ✓ Paisagem urbana;
- ✓ Mercado imobiliário;
- ✓ Sistema viário;
- ✓ Áreas passíveis de desapropriação;
- ✓ Patrimônio histórico;
- ✓ Infraestrutura.



RESUMO ATA DA 127ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Uso e Ocupação do Solo

Classes	Área	
	Hectares	%
Áreas Verdes	50,2	6,5
Campo Antrópico	34,4	4,5
Corpo D'água	11,1	1,4
Comércio e Serviços	312,2	40,6
Equipamentos Sociais	182,0	23,7
Habitacões Precárias	2,0	0,3
Industrial	93,4	12,2
Lançamentos Verticais	12,5	1,6
Mata Pioneira	2,1	0,3
Residencial Horizontal	39,6	5,2
Residencial Vertical	28,7	3,7
Total	768,3	100,0

Áreas para Melhoramentos Urbanos

Potenciais Ações Geradoras de Impactos

➤ Fase de Planejamento

- ✓ Divulgação da implantação do empreendimento;
- ✓ Coleta de dados / trabalhos de campo na etapa do diagnóstico socioambiental;
- ✓ Início do processo de comunicação da desocupação dos imóveis desapropriados.

➤ Fase de Implantação

- ✓ Recrutamento e contratação de mão de obra;
- ✓ Tráfego / movimentação de veículos pesados, máquinas e/ou equipamentos;



RESUMO ATA DA 127ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

- ✓ Manutenções corretivas / operações de abastecimento dos veículos e equipamentos;
- ✓ Adequações no sistema viário;
- ✓ Remoção da vegetação rasteira, indivíduos arbóreos isolados e limpeza da área;
- ✓ Implantação do canteiro de obras;
- ✓ Terraplenagens e escavações;
- ✓ Investigações e serviços geotécnicos (sondagens / fundações);
- ✓ Construção das edificações destinadas as Habitações de Interesse Social – HIS;
- ✓ Melhoria do sistema de drenagem;
- ✓ Criação de parques lineares e áreas verdes;
- ✓ Revitalização das margens dos córregos inseridos na AID e ADA;
- ✓ Plano de desassoreamento e limpeza periódica das galerias dos córregos inseridos na AID/ADA.
- *Fase de Operação*
- ✓ Adensamento populacional;
- ✓ Implantação de todas as intervenções do plano urbanístico.

Identificação dos Impactos

IDENTIFICADOS 23 IMPACTOS AMBIENTAIS ◊ NEGATIVOS e POSITIVOS

8 Positivos / 13 Negativos e 2 positivos ou Negativos

7 (31%) ◊ Meio Físico

4 (17%) ◊ Meio Biótico

12 (52%) ◊ Meio Socioeconômico

NEGATIVOS 46% média relevância / 15% alta relevância

POSITIVOS 100% média/alta relevância

100% dos Impactos Negativos podem ser Mitigados / Controlados / Compensados

Ações Específicas e/ou Programas Ambientais

Principais Impactos

Negativos:

- ✓ Geração de expectativa, ansiedade e insegurança na população da ADA;
- ✓ Perda de imóveis nas áreas para melhoramentos urbanos;



RESUMO ATA DA 127ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

- ✓ Remoção de indivíduos arbóreos.

Positivos:

- ✓ Melhoria da qualidade de vida da população da ADA;
- ✓ Incremento da HIS e HMP;
- ✓ Maior disponibilidade de micro-habitats para avifauna urbana;
- ✓ Eliminação de pontos de alagamentos inseridos na AID.

Monitoramento Ambiental

<p>CONTROLAR / COMPENSAR ◇ Impactos Negativos</p> <p>POTENCIALIZAR / AMPLIAR ◇ Impactos Positivos</p>
<p>Ações / Medidas de Controle Ambiental</p> <p>MEDIDAS MITIGADORAS</p> <p>MEDIDAS COMPENSATÓRIAS</p> <p>MEDIDAS POTENCIALIZADORAS</p>
<p>9 Programas Ambientais</p> <p>5 subprogramas</p>

Programa de Monitoramento da Qualidade do Ar;

Programa de Monitoramento dos Níveis de Ruído;

Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais;

Programa de Gerenciamento das Áreas Contaminadas;

Programa de Gestão e Controle Ambiental das Obras;

Programa de Comunicação Social;

Programa de Negociação do Processo de Desapropriação dos Imóveis Afetados;

Programa de Prospecção Arqueológica, de Educação Patrimonial e de Inventário do Patrimônio Histórico-Cultural Edificado;

Programa de Monitoramento da Operação Urbana Consorciada Água Branca.

Conclusões: A proposta de elaboração do Plano Urbanístico visa a reestruturação da região de forma a transformá-la em uma nova centralidade propondo o adensamento da área, a partir do desenvolvimento das funções sociais da cidade e a diversidade funcional.



RESUMO ATA DA 127ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Conclui-se que é possível, por meio da implantação das medidas de controle e dos programas ambientais recomendados no EIA/RIMA, se alcançar uma situação de conciliação dos interesses e obrigações de cunho social, legal e de preservação ambiental.

Conclui-se que a implantação e a operação da Operação Urbana Consorciada Água Branca são ambientalmente viáveis, recomendando-se, portanto, que a Licença Prévia seja concedida pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente – SVMA do município de São Paulo.

Presidente Eduardo Jorge: Agradece aos expositores pelas apresentações. Esclarece que este Estudo de Impacto Ambiental - EIA deu entrada a pouco tempo na SVMA e que ele está à disposição aos interessados que desejam consultá-lo. Esclarece também que esta explanação que foi feita se realizou à pedido dos próprios conselheiros do CADES e que é uma espécie de pré-estréia das discussões que irão ocorrer daí para a frente. Lembra a todos, que como todos os outros processos de licenciamento, este estudo vai ser analisado pela Câmara Técnica formada pelos conselheiros do CADES, juntamente com a equipe técnica do DECONT, e conseqüentemente vai ocorrer a Audiência Pública na própria região, e que em seguida virá para discussão nesse Conselho e que conforme foi exposto pelo representante da Secretaria de Urbanismo, vai haver uma modificação na lei de 1995, para incorporar essas sugestões feitas em todo esse processo de debate com DECONT, na Audiência Pública e no Conselho Municipal do Meio Ambiente e ao final na Câmara Municipal que vota uma atualização desta lei de 1995, conclui que esse é o caminho percorrido para todo esse processo, que tem esta complexidade adicional de ter que passar na Câmara Municipal, outra vez. Em seguida coloca em votação as Atas da 126ª Reunião Plenária Ordinária e 24ª Reunião Plenária Extraordinária do CADES, não havendo manifestação, considera **aprovadas as Atas da 126ª Reunião Plenária Ordinária e 24ª Reunião Plenária Extraordinária do CADES**. Passa a palavra para a Secretária Executiva Mary Lobas, para coordenar as inscrições dos conselheiros que irão se manifestar.

Secretária Executiva Mary Lobas: Anuncia os conselheiros inscritos: Eduardo, Ros Mari, Pérola, Pedro, Yara, Walter, Cristina, André e Maurício.

Cons. Eduardo Della Manna: Cumprimenta a todos. Faz algumas observações, dentre elas, quanto a importância do destaque feito pelo expositor, das adequações da Operação Urbana Água Branca, em relação à lei de 1995, às determinações do Estatuto da cidade. Destaca principalmente que ao incorporar estes elementos do estatuto a esta operação, o projeto passa a ter um importante instrumento que é a instituição da gestão compartilhada, isso é, trazer para dentro da gestão dessa operação urbana, a participação da sociedade civil, e dos moradores da região. Esclarece que é visível a evolução dos estudos que devem preceder uma operação urbana, e que se percebe também um avanço significativo por parte da equipe técnica da antiga EMURB, hoje a SP URBANISMO, no sentido da cobertura de diversos aspectos e que está havendo um retorno muito claro, nas respostas com relação à região, cita o exemplo da questão que foi frisada muito bem, a mobilidade interna, aquelas grandes glebas que prejudicam muito as ligações viárias naquele setor. Dá exemplos de países que já trabalham em cima de cidade compacta, e é isso tudo que esta sendo proposto neste projeto da Água Branca, aproximar moradia de trabalho, potencializar o uso das estações de trem e metrô, etc., e que essa revisão é bastante oportuna e importante para a cidade de São Paulo como um todo. Questiona quanto aos problemas ligados à



RESUMO ATA DA 127ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

drenagem naquela região, e porque as obras ainda não foram iniciadas e quanto a definição de cotas habitacionais por m⁴ de terreno praticados na região.

Secretária Executiva Mary Lobas: Passa a palavra a Cons. Ros Mari.

Cons. Ros Mari: Cumprimenta a todos. Indaga a respeito das apresentações. A primeira delas referente a questão da avaliação climática, acredita que o que foi apresentado neste EIA/RIMA, na sua totalidade, muito superficial, ou seja que nas estimativas e nos cenários que se está compondo este EIA/RIMA não foi levado em conta a questão das mudanças climáticas, principalmente na cidade de São Paulo e, isso exige em qualquer planejamento urbano, seja da cidade, seja de parcela do espaço urbano, planos de mitigação futura. Acredita que se há mudanças climáticas, todas as variáveis irão mudar totalmente, por conta do exposto, acredita também que não se possa fazer uma estimativa, um cenário a partir de dados climáticos e de zoneamentos climáticos clássicos, portanto, o EIA/RIMA da Operação Urbana Consorciada Água Branca, terá que comportar isso. Coloca outra questão quanto a manutenção e a utilização do patrimônio fabril dessa área, acredita que hoje o patrimônio fabril é algo que vem sendo considerado de extrema importância em todo o mundo, comenta que os países ditos capitalistas avançados, estão usando atualmente esse patrimônio fabril para diferentes usos, então o que será feito deste patrimônio. Indaga também quanto aos equipamentos públicos, cita que no EIA/RIMA, é demonstrado claramente coisas do tipo: uma coluna ilustrando o adensamento populacional e na coluna seguinte não há previsão de equipamentos públicos nenhum, ou seja, escolas, unidades de saúde, á nível zero, coloca que tudo isso citado é objeto de leis orçamentárias e teria que ser feito conjuntamente, e, portando, como fica a questão do planejamento dos equipamentos públicos na lei de diretrizes orçamentárias do município e do estado para essa área. Indaga também sobre conexão com a operação urbana Lapa/Brás referente a quem ira pagar o custo do enterramento da via férrea, e com relação a arena do Palmeiras quanto a previsão dos níveis de ruído. Quanto ao sistema de áreas verdes, indaga se o EIA/RIMA atende os doze metros quadrados por habitante preconizados pela ONU. Quanto a contaminação de áreas, quer saber detalhadamente as áreas com potencial de contaminação. E para finalizar quer que seja esclarecido o diferenciamento entre densidade construtiva e densidade populacional.

Secretária Executiva Mary Lobas: Passa a palavra a Cons. Pérola.

Cons. Pérola: Cumprimenta a todos. Coloca que com relação às áreas verdes, o percentual apresentado é de seis e meio por cento, mas que não se percebeu qual a porcentagem proposta, qual o incremento dessa porcentagem na área, também coloca quanto a estruturação dessas áreas verdes vinculada a exposição das águas, já que a área em questão é de várzea, como ambientalmente isto está sendo lido, como que essa exposição de águas, essa permeabilidade e essa estruturação de verde está sendo proposta no estudo.

Presidente Eduardo Jorge: Pede desculpas por ter que se retirar da reunião, porque terá para representar o Prefeito Gilberto Kassab em um evento de inauguração da exposição dos Jardins Franceses, no Museu de Arte Moderna, em seguida passa a coordenação da reunião para a Secretaria Executiva do CADES, Mary Lobas.

Secretária Executiva Mary Lobas: Passa a palavra ao Cons. Pedro.



RESUMO ATA DA 127ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Cons. Pedro: Cumprimenta a todos. Indaga sobre a questão de abrangência na questão do trabalho de drenagem com referência a duas Bacias: da Água Preta e a do Sumaré as quais são as que causam as maiores enchentes naquela região, mas que outras bacias problemáticas, dá como exemplo a do Pacaembú, a Quirino dos Santos que é o córrego do Play Center, quer saber se esses pontos de inundação vinculados à essas bacias também estão contemplados no estudo. Questiona se é possível investir em áreas permeáveis nas cabeceiras, e quanto ao tratamento dos córregos não canalizados que atravessam a área, se será objeto de uma arborização, uma canalização, ou mesmo um parque linear, como seria esse tipo de intervenção. Quanto ao saneamento se houve alguma articulação com a SABESP para saneamento dessas bacias ou não e se está havendo alguma interface nesse sentido.

Secretária Executiva Mary Lobas: Passa a palavra a Cons. Yara.

Cons. Yara: Indaga se seria viável condicionar revitalização às medidas mitigadoras e compensatórias no EIA/RIMA, em relação a esses córregos que estão inseridos no projeto, uma vez que seria qualidade de vida, paisagismo, e até mesmo a preservação. Quanto a drenagem, coloca que os piscinões são verdadeiros depósitos de lixo e são muito onerosos, em vista do apresentado sugere que se deva estudar alternativas mais saudáveis, não onerosas, dá como exemplo as Wetlands, cita o modelo implantado no Parque Vinicius, em frente ao Palácio do Governo que atende à varias áreas no entorno. Questiona quanto a falta de autorização para o desmatamento e nascentes, conforme a legislação no Ministério Público, lembra que a questão da retirada das árvores seu impactos serão irreversíveis para as nascentes.

Secretária Executiva Mary Lobas: Passa a palavra ao Cons. Walter.

Cons. Walter: Cumprimenta a todos. Faz duas observações em relação ao apresentado: que as questões de identificação do patrimônio arquitetônico ambiental fossem aprofundados, por ser uma área que já possui alguns estudos realizados, por iniciativa importante da Subprefeitura da Lapa. Ressalta que o plano diretor regional, de identificação/indicação através inclusive de mobilização de moradores de bens a serem preservados, alguns foram protegidos por legislação municipal, mas não houve ainda uma varredura sistemática dessa região Como representante da Secretaria da Cultura no CADES, se coloca a disposição para colaborar, discutir essas questões e que, aliás, é uma discussão que vem sendo feita, inclusive, com o processo de reflexão em torno das operações urbanas previstas para avançar em inventários de identificação dessas áreas ao longo do eixo ferroviário industrial, em processo de modificação bastante acelerado. Acredita que as indicações inicialmente avaliadas no relatório estão bem direcionadas, mas houve uma preocupação até destacada na imprensa em relação à questão arqueológica. Esclarece que os bens já tombados nesta área da operação urbana proposta, ainda são isolados, foram iniciativas pontuais alguns são grandes áreas urbanas como, por exemplo, o Parque da Água Branca, o Memorial da América Latina. Observa quanto a questão do patrimônio industrial, a identificação dos remanescentes ser de importância histórica que mereceria um cuidado especial. Alerta também em relação a arqueologia que é o restante da área dos Matarazzo já tem projetos aprovados na prefeitura e não há problemas na sua execução, mas, coloca que talvez fosse interessante serem precedidos de uma prospecção, uma avaliação arqueológica inicial.

Secretária Executiva Mary Lobas: Passa a palavra a Cons. Cristina.

Cons. Cristina: Cumprimenta a todos. Indaga quanto aos critérios para classificar um impacto como negativo/positivo e de baixa/média ou alta relevância, o mesmo quanto aos parâmetros de qualidade de



RESUMO ATA DA 127ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

vida, acredita ser muito subjetivo o que se é apresentado no projeto e que não consegue associar ao mérito que se está sendo atribuído ao empreendimento como um todo. Quanto a questão do enterramento da via férrea, acredita que pelo que foi proposto seria a permissão a conexão entre os sistemas coletores, portanto acredita que isso soa como um favorecimento ao transporte provado em detrimento da linha férrea que demandará um investimento altíssimo para ser enterrado e o que sente, sem conhecer a região, excluído da paisagem, acredita que a linha férrea é um elemento importante dessa região. Ressalta para a questão da qualidade de vida, onde se tem que levar em conta as mudanças climáticas. Acredita que todos esses EIA/RIMAS têm uma avaliação muito subjetiva de alguns conceitos que são muito variáveis conforme a população, o ambiente e conforme a leitura da cidade, das próprias pessoas que vão ter que sair de lá, que irá ser deslocada deste local onde estabeleceram suas vidas, estabeleceram suas relações sociais.

Secretária Executiva Mary Lobas: Passa a palavra ao Cons. André.

Cons. André: Cumprimenta a todos. Ressalta da importância do esclarecimento a todos sobre a operação urbana em vigor, sugere que para se ter uma noção clara dos ganhos e avanços da revisão tem que ter claro o que realmente existe hoje em vigor, acredita que para uma boa parte das pessoas não ficou claro. Esclarece que hoje o empreendedor pode se instalar e propor adensamentos e áreas construtivas nesse território. Acredita que com a clareza dos fatos anteriores e os atuais no projeto, daria uma nova panorâmica das mudanças que aconteceram pela lei que já está em vigor, e com essa lei em vigor se propicia, por exemplo, tal adensamento, tal utilização dessa área para podermos comparar os avanços da nova proposta.

Secretária Executiva Mary Lobas: Passa a palavra ao Cons. Maurício.

Cons. Maurício: Cumprimenta a todos. Indaga sobre a preocupação de que 70% dessa área é entre a ferrovia e o canal do Rio Tietê, frisa o canal porque acredita que faltou na análise um elemento gráfico que colocasse o traçado original do rio para que se pudesse ver que dessa área 70% são meandros do rio onde o estudo teria que ser mais detalhado. Quanto à questão de inundações no local, acredita que ser normal ter inundações na várzea do rio. Ressalta que é favorável em princípio a essa operação urbana porque trabalhou na inicial de 1995, quanto a proposta de infra-estrutura que se substitua esses elementos naturais para gerar o equilíbrio que hoje não existe no local.

Secretária Executiva Mary Lobas: Passa a palavra ao senhor Vladir Bartalini.

Vladir Bartalini: Em resposta aos questionamentos apresentados, com relação aos recursos existentes e as obras de drenagem houve um salto na concentração de recursos a partir de 2007, salienta que a EMURB têm alguns estudos muito parciais relativos a drenagem, que eram pequenas obras de complementação de micro drenagem, melhorar captação etc., que o próprio departamento de engenharia entendia como insuficientes, eles não abordavam as bacias como um todo, eles iam em alguns pontos de alagamento e propunham algumas soluções mitigadoras, o que se avaliou e que apesar dessas intervenções serem relativamente baratas, elas seriam também ineficazes, seria um dinheiro jogado fora, então se reconhece que obviamente existe um problema seriíssimo de drenagem na região que será necessário ser resolvido a opção que se foi feita foi a de pegar todos os estudos já desenvolvidos, que são estudos parciais, nenhum deles tem abrangência que o atual tem, e contratar um novo projeto executivo que levasse em conta tudo o que havia sido desenvolvido, e propusesse uma solução geral para as duas



RESUMO ATA DA 127ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

bacias é o que está sendo feito na atualidade, o que nós temos neste momento está sendo finalizado um projeto executivo das duas bacias. Esse projeto que está contratado ele trata das Bacias dos Rios Água Preta e Sumaré e no seu escopo não leva em conta as outras bacias, e é uma falha que vai ter que ser contornada de alguma forma, complementando os estudos, tratando com uma abrangência maior. Com relação àquela proposta de divisão por faixas de renda, o que se está querendo incentivar é principalmente a faixa de renda média de 10 a 20 salários mínimos, porque esta sendo proposto isso, porque as operações urbanas até hoje tanto a Faria Lima quanto da Água Espraiada, elas trabalham com extremos, elas incentivam a produção para altíssima renda de um lado, e por outro lado angariam recursos para investir em habitação/interesse social, neste caso, está se falando dos extremos, o que a Operação Urbana Água Branca entende que é importante se dar atenção para um seguimento médio, não desguarnecendo as faixas de renda mais baixas, até três, quatro salários mínimos, que é preciso ter atendimento direto da prefeitura, enfim, não é o mercado imobiliário que atende esses extratos, de certa forma de imediato, nessa operação urbana está desapropriado um terreno para abrigar as 250 famílias que vivem hoje na Favela do Sapó, um atendimento pontual para aquelas famílias que estão ali, isso não impede que haja outras iniciativas por parte da nova operação urbana para desapropriar e destinar áreas para população de baixíssima renda, mas o que se está sendo focado é nesta faixa de renda média, porque se entende que neste processo que é chamado de expulsão, apesar de não concordar muito com esse termo, esse movimento que se faz das populações de renda mais baixa, em direção à periferia, ele não é provocado somente pelos empreendimentos de alta renda, é a propagação de uma onda, então a medida que as faixas de renda média também não tem acesso a empreendimentos na área central, elas vão procurar áreas mais periféricas. Coloca que a EMURB tem uma estrutura de um projeto de lei montado que futuramente será enviada à Câmara Municipal, a idéia é deixar essa estrutura pronta para e que ela seja preenchida com todas as recomendações e exigências que se vai colhendo ao longo desse procedimento todo. Existem pelo menos duas medidas cuja eficácia precisa ser avaliada, uma delas é a seguinte, a nossa legislação do solo, sempre trabalhou com cotas mínimas de terreno por unidade habitacional, isso na verdade remonta ainda uma concepção do urbanismo sanitarista, onde se precisa de muitas áreas livres, o que vemos hoje principalmente nas áreas centrais da cidade, existe um desperdício de terrenos, na medida em que se tem grandes empreendimentos com áreas privativas muito grandes, ou seja, pouca gente morando em áreas e terrenos muito grandes então se tem cotas de terrenos por unidade muito alta, uma das medidas que se estuda aqui, é estabelecer uma cota máxima de terreno por unidades, o que forçosamente faria com que cada empreendimento tivesse que construir um mínimo de unidades residenciais. Quando se fala da não escavação do subsolo, da possibilidade de uma taxa de ocupação maior na superfície, e fazer com que os estacionamentos, primeiro que seja destinada uma proporção menor de números de vagas por unidade, essa é a primeira é a primeira questão é o que estamos chamando de saquinhos de bondade e saquinhos de maldade da operação urbana ela teria uma espécie de empreendimento paradigma que seria incentivada, que seria exatamente para esta faixa então estamos falando de unidades residenciais de 70 a 100 m² de área privada, e quem quiser produzir essas unidades nas seguintes condições oferecendo uma vaga ou no máximo uma vaga e meio de estacionamento por unidade aumentando permeabilidade do solo, quem seguir esse conjunto de regras vai ter uma série de incentivo da operação urbana, outro ponto importante quando se fala das áreas verdes públicas dessa região, além de um impacto ambiental positivo que entendo que exista mesmo a gente acredita que essas áreas verdes tenham um impacto econômico importante também, vou falar de



RESUMO ATA DA 127ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

um caso particular a cerca de um ano atrás mudei de apartamento e estava procurando um apartamento que não tivesse aquelas áreas de recreação enorme no térreo, gostaria de morar perto de um parque, que tivesse uma vaga de estacionamento, é muito difícil achar um apartamento desse tipo, enfim achei um apartamento próximo de um parque, por um preço que cabia no meu bolso, pude comprar, ou seja não tenho um jardim dentro de casa, eu tenho uma área pública fora, que eu, minha mulher e minha filha usamos, ou seja quando estamos falando de aumentar substancialmente a quantidade e a qualidade de áreas verdes é por isso também, é como se prefeitura falasse é como a infra-estrutura de lazer e por conta de prefeitura o empreendedor privado você se preocupa em produzir as unidades residências e aproveitar melhor possível o terreno urbanizado que você tem aí e esse conjunto de medidas que vamos tentar detalhar e aperfeiçoar na hora do projeto de lei, mas são formas de incentivo a produção para essa faixa de renda, evidentemente não temos o mecanismo de controle de preço da terra, o preço do terreno na região tem subido bastante e é um fato não adianta negar, mas gente aposta que devemos tentar essa série de diretrizes de mecanismo, para ver se estimula o mercado imobiliário a produzir esse tipo de unidade, com relação o que Ros Mari e o Walter colocaram eu acho que é fundamental nesta etapa estreitar esses laços, e entender melhor quais são áreas que devem ser preservadas, mesmo que hoje não sejam, a informação oficial que temos hoje existem áreas que estão preservadas que a gente conhece a gente sabe que existe uma série de áreas que estão em estudo, ou cujo os estudos não iniciaram ainda, mas que deveriam ser, eu acho que essa preservação não deve ser confundida necessariamente com estagnação, ou seja estamos falando de uma renovação da ocupação da área preservando as qualidades arquitetônicas, histórica e isto não quer dizer que não vai se poder fazer nada na região, sim vai se poder fazer dentro de alguns critérios e é aí que gente volta aquela questão das verticalidades e horizontalidades, a idéia é que gente consiga valorizar os atributos naturais e os construídos também, dentro dos construídos estão os imóveis tombados e os atombados de relevância desse aspecto, nesse sentido podemos sim na medida que a região da área da operação urbana for dividida em setores de termos diretrizes específicas de ocupação para cada um dos setores, nada impede disso, acho até que é desejável da mesma forma de mecanismos que incentivem a preservação e a manutenção como o Walter colocou, a grande questão que temos hoje, é do pós tombamento, temos alguns mecanismos, foram usados alguns casos na operação urbana centro que é o da transferência de potencial construtivo, que dá uma resposta imediata para recuperação de um determinado imóvel, mas a gente conseguiu equacionar ainda a manutenção dessa melhoria da qualidade ao longo do tempo nada garante que esse imóvel vá de novo se deteriorar, é um grande desafio e não tenho essa resposta, e também acho que um projeto de lei não terá resposta para todas essas questões, o que parece importante que o EIA/RIMA está abordando e conversamos bastante com WALM Engenharia é que essa operação urbana deveria ter um sistema de gestão pouco diferente da Faria Lima e Água Espraiada onde esse sistema de compartilhamento existe, e funciona melhor que as outras e não há menor dúvida, mas ainda uma gestão muito administrativa e financeira, eu acho que devemos ampliar esse leque que entendemos por gestão, e entender por gestão até o acompanhamento da evolução da própria operação urbana ela está alcançando os objetivos ou não está, como a gente faz para reverter e isso eu entendo que é um processo de gestão efetiva, que acho que devemos começar a implantar, veja não estou aqui querendo levantar expectativas demais, eu não acho que a gente consegue isso, em um projeto de lei e nessa operação urbana, acho que isso é uma questão de tempo, acho que temos que aprender a fazer a gestão, para que não restem dúvidas do que estou falando aqui, essa operação urbana vai resolver todos os problemas, não vai, vai ter avanços em relação



RESUMO ATA DA 127ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

as anteriores, eu tenho certeza. Com relação aos equipamentos públicos, realmente o EIA já apontou ausência e a necessidade de que estes equipamentos existam, é como falei no começo esse procedimento, ele é inteiro de retroalimentações a gente fez uma primeira hipótese o EIA averiguou apontou deficiências, virtudes, o CADES vai apontar outras deficiências, virtudes a gente volta refaz, reavalia e fecha o projeto de lei essa indicação de que faltam áreas para o equipamento público já foi absorvida pela equipe assim como a da falta de áreas verde principalmente nos setores "E" e "F", a equipe já está trabalhando no sentido de propor, novas áreas que devem ser reservadas, e esse é outro ponto muito importante, que é a questão das desapropriações, não existe outro caminho para agente pensar num planejamento de uma área que não seja a gente reservar as áreas que a gente teria como estratégicas, seja abertura de sistema viário, implantação de áreas verdes ou equipamento públicos, essas áreas hoje estão ocupadas e são de propriedade particular o que o plano busca fazer é indicar que no futuro algumas dessas áreas estarão sim comprometidas e deverão ser desapropriadas a medida que o adensamento for ocorrendo e que seja necessário implantar essas obras é outro fato, existe esse impacto que o EIA apontou o impacto que entendemos que algumas pessoas serão prejudicadas entre outras, em nome de que muitas mais pessoas serão beneficiadas a idéia é essa procurar o equilíbrio, com relação a conexão com a operação urbana Lapa - Brás, essa operação está muito no início ainda serão contratados os estudos para delinear os projetos urbanísticos e parte dessa operação urbana diretriz inicial é de enterramento da ferrovia, só esses estudos irão indicar se essa diretriz é primeiro tecnicamente e economicamente viável, só discordo dessa abordagem de que todas as obras ou todas as iniciativas são para favorecer especulação imobiliária, devemos superar isso, acho que a especulação imobiliária é uma coisa que existe em várias regiões da cidade, agora parece muito difícil achar que deliberadamente se faz especulação imobiliária na região central da cidade, não entendo que isso ocorra. O mercado imobiliário tem várias facetas, não existe a faceta da especulação, agora existe a faceta da produção de bens que a população precisa, também é fato. O rebaixamento da ferrovia, ou a superação da barreira da ferrovia ela não visa só o transporte individual, o que temos que ter claro hoje é que a ferrovia é uma barreira, um pedestre transpor a ferrovia, ele tem que subir hoje aproximadamente 9 metros de altura, ele tem que subir um prédio de três andares para conseguir transpor, e quando falamos em reconectar o sistema de vias coletoras, pelas vias coletoras não passam só carros, passam ônibus e passam pedestres também, a questão é reconectar o tecido, de que forma será feito, eu acho que os estudos da Operação Lapa – Brás, vão dizer, o que nós tentamos fazer aqui no âmbito da Operação Urbana Água Branca, foi imaginar que esse rebaixamento realmente um dia se dê, então todo o sistema viário de áreas verdes, ele está previsto para que no futuro, ele possa se conectar, se essa ferrovia nunca for rebaixada o sistema está lá, ele existe, mas se um dia ela for rebaixada, esse sistema todo se conecta, então foi neste sentido que nós falamos da compatibilização. Com relação ao mínimo de área verde por habitante, a Laura poderá dar essa informação, acho que não chega aos 12 metros quadrados que a ONU preconiza, mas novamente, acho que temos que ter a clareza que uma operação urbana, ela não é a solução dos problemas da cidade, acho que a gente tem que se esforçar para fazer são com que os ganhos que elas tragam, sejam muito maiores que os danos, têm que ter um avanço no incremento de áreas verdes, não sei conseguiremos chegar aos índices que a ONU preconiza, mas certamente eles vão ser aumentados o tanto quanto possível. Tem alguns aspectos aqui que escapam do âmbito da operação urbana e eu falo especificamente da Arena do Palmeiras, a adesão à operação urbana ela é voluntária, não podemos obrigar ninguém a aderir-la, o Palmeiras não é participante da Operação Urbana Água Branca, ele segue as regras da legislação da região, enfim é um



RESUMO ATA DA 127ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

empreendimento que vai causar impacto que deve ser mitigado, acho que isso está sendo analisado por quem é competente para isso. A vinculação das áreas verdes, na apresentação que fizemos as propostas dessas grandes porções de áreas verdes elas estão localizadas entre a ferrovia e a Marginal Tietê, elas vão fazer parte de um sistema auxiliar, elas podem sim, funcionar como áreas de retenção, de que forma? Com um projeto básico, um projeto executivo vai detalhar como isso pode acontecer genericamente a idéia é que se conduza as águas pluviais, as que caem hoje, nas ruas, nas calçadas, não diretamente para a rede de drenagem, mas que elas sejam conduzidas para áreas verdes e formem lagos, é uma água poluída? Sim, é uma água poluída, não é uma água contaminada, é diferente de desviar águas das galerias para alimentar estes espelhos d'água, digamos assim, então isso está previsto como uma diretriz da operação urbana e acho que só no momento em que formos fazer o projeto dessas áreas verdes é que isso poderá realmente ser definido e detalhado, a idéia é que essas áreas verdes sirvam também para captar um pouco das águas e fazer com que essas águas façam novamente parte da paisagem mesmo que seja temporariamente. Uma questão que foi muito bem colocada sobre a impermeabilização das encostas e a possibilidade de termos medidas mitigadoras nas encostas e não na várzea, eu li nas últimas semanas na imprensa falando que: "essa região está sofrendo com a impermeabilização da área", não é um fato, não é, até porque os novos empreendimentos, 90% deles estão ocupando áreas que eram antigamente ocupadas por indústrias ou por galpões, essas indústrias e esses galpões, certamente tem taxa de permeabilidade próxima de zero, nesses lotes, a pior das hipóteses, os novos estão respeitando a taxa mínima de 15%, o que acontece é que de fato as encostas estão impermeabilizadas, as encostas sim, eu imagino, e para isso eu precisaria talvez ouvir mais os aspectos jurídicos, mas até onde eu entendo o estatuto da cidade não diz que os investimentos de uma operação urbana devem estar restritos a sua área de abrangência, não diz propriamente isso, mas deve-se ter claro aonde vão ser investidos os recursos obtidos em uma operação urbana, nesse sentido em principio e repito acho que isso deve ser objeto de uma análise jurídica, para ver se a lei realmente permite, nada impede que sejam utilizados os recursos da operação urbana, no tratamento de algumas cabeceiras de córregos que estão fora, enfim poderia fazer parte de um programa de intervenções, assim como os projetos e as obras de drenagem tem que necessariamente extrapolar o limite da operação urbana, nós não conseguiremos fazer uma obra de drenagem no limite da operação urbana, ela tem que ter abrangência de pelos menos das bacias. A questão da recuperação dos córregos como medida mitigadora, sim é perfeitamente possível, o tratamento que deve ser dispensado a esses córregos, não esta detalhado nesta apresentação, está como uma diretriz geral, muitos deles deverão ter a implantação de um parque linear é o caso específico do Quirino dos Santos, está previsto uma área verde onde hoje e o Play Center, e está previsto também já no âmbito no projeto da Fábrica dos Sonhos, ao longo do canal de saneamento, isso não está na nossa apresentação porque entendemos que isso deve constar da lei, do projeto urbanístico, como uma diretriz geral. Entendo que pouco valeira eu mostrar um projeto hoje para essa região sendo que esse projeto pode ser modificado quando ele de fato for implantado. Não sei se eu consegui responder tudo com detalhes, mas, estou a disposição.

Secretária Executiva Mary Lobas: Passa a palavra a Senhora Laura Rocha.

Laura Rocha: Em relação ao patrimônio fabril eu queria complementar algumas coisas que o Vladir colocou. Nós identificamos durante o diagnostico dessa área que algumas galerias de arte vêm procurando essas áreas por conta da existência desses galpões, para utilização desses galpões, então



RESUMO ATA DA 127ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

seria uma ocupação que eles já utilizam à estrutura e fazem pequenas adaptações. Em relação a avaliação de impactos a primeira questão que consideramos na avaliação de impacto é a definição que está na Resolução CONAMA de 1986 que define o que é um impacto, que qualquer alteração que possa ocorrer em relação a saúde, de atividade econômica, social, a biota da área, o primeiro atributo que levamos em consideração é o impacto de geração de emprego que ele é um impacto positivo, é a primeira classificação que ele recebe, depois ele é classificado de temporário a permanente, em seguida teremos a interferência dele, por exemplo, se ele é localizado, se ele é pontual, ou se ele vai ser disperso por uma área maior, esse impacto pode ser identificado como um impacto negativo de alta relevância, só que ele tem uma medida de compensação mitigadora que ela é de alto grau de resolução, a magnitude desse impacto ela reduz, ele pode se tornar um impacto de médio a baixa magnitude. Em relação as áreas contaminadas, no diagnóstico do meio físico foi feito um estudo detalhado a partir do mapa de uso de solo se identificou as áreas com potencial de atividades que possam gerar a contaminação e foi analisado os dados do cadastro da CETESB e os dados disponíveis no DECONT de acordo com setor/quadra/lote, de cada unidade dessa, no EIA estão identificadas todas essas áreas tanto as oficialmente contaminadas como aquelas com potencial de contaminação, esse contrato é uma determinação termo de referência, então cumprimos de acordo com o que estava lá. Quanto às questões da Yara ela nos solicitou as respostas dos questionamentos por escrito, porque ela já se retirou.

Secretária Executiva Mary Lobas: Pergunta se há mais algum questionamento. Passa a palavra para as Cons. Ros Mari e Pérola.

Cons. Ros Mari: Indaga sobre os estoques residenciais hoje nessa área.

Vladir Bartalini: A situação atual dos estoques está no EIA, mas o que eu posso dizer é o seguinte: dos trezentos mil metros quadrados de estoques residenciais, aproximadamente cento e cinquenta mil foram consumidos, o estoque não residencial que é novecentos mil metros quadrados, se não me engano, cerca de cento e setenta mil também já foram consumidos. Cada uma das propostas que deram entrada na operação urbana constam do EIA, com as suas características, endereços, se é residencial ou não residencial, qual o estoque que está sendo consumido. A Laura está mostrando que tem uma tabela que mostra quais as áreas verdes por setor atualmente e qual é o incremento que vai se verificar.

Cons. Pérola: Indaga a respeito se chegaram a classificar se essas áreas são viárias, privadas ou públicas.

Cons. Marcelo: Indaga sobre a insuficiência de dados no EIA quando da contratação e que atualmente foi contratado um novo estudo aonde engloba Água Preta e o Sumaré, sem estar inseridas as outras bacias.

Vladir Bartalini: Talvez o Pedro Algodoal possa lhe dizer melhor se os estudos vão ser insuficientes, acho que eles vão abranger as duas bacias, isso está no escopo do contrato da projetista, eu não saberia dizer agora de antemão se pode ser feito um aditamento desse contrato, para ampliação dos escopos, realmente não posso afirmar agora, mas é um fato, as bacias escolhidas foram as da Água Preta e Sumaré porque são as duas que estão diretamente ligadas a Operação Urbana Água Branca, nós entendemos que temos vários caminhos, esses projetos para Água Preta e Sumaré, podem indicar algumas medidas, algumas obras, que podem ser executadas, então claro, vão ficar faltando os das outras bacias, este estudo poderia ser complementado tanto pela própria prefeitura de São Paulo, pela SIURB, ou eventualmente entrar num novo programa de investimento da nova operação urbana, temos um



RESUMO ATA DA 127ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

entendimento um pouco maior do são essas bacias. Talvez tenha havido uma falha, no momento em que se foi feita essa contratação, entendemos que estávamos abrangendo a área necessária de estudos, ou seja, as duas bacias se houver necessidade de complementações nós vamos fazer, eu não sei se conseguiremos no escopo desse estudo que está agora em andamento.

Cons. Pérola: Coloca que o trabalho realizado ele é motivo de elogio, pelo fato do empreendedor estar extrapolando a área da operação e expandindo, entendendo como às duas bacias de contribuição, mas logicamente existem os fatores das outras bacias interferindo porque é uma área de várzea onde tudo é foz. Acredita que o estudo contempla o mínimo que se pede, mas acredita que esses estudos deveriam englobar a cidade como um todo, como diretriz ambiental.

Secretaria Executiva Mary Lobas: Reforça a fala do Secretário Eduardo Jorge quanto ao EIA que está em análise no DECONT, com início também dos trabalhos da Câmara Técnica de Parcelamento no próximo dia 30 e a programação para Audiência Pública, em que todos tomarão ciência. Agradece a presença de todos e encerra a reunião.

Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho

Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável – CADES
Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente

Conselheiros Presentes:

ANDRÉ LUIS GONÇALVES PINA	LUCIANA FERNANDA B. ALVES DE MOURA
AURÉLIO FERNANDEZ MIGUEL	MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA R. ESPOSITO
ARIANDRO DA SILVA SOUZA	MARIA JOSÉ RIBEIRO DEVESA DA SILVA
CARLOS ROBERTO FORTNER	MAURÍCIO GUILHERME SIMÃO
CINTHIA MASUMOTO	MILTON TADEU MOTTA
CRISTINA ANTUNES	PÉROLA FELIPETTE BROCANELI
CRISTINA PEREIRA DE ARAUJO	PEDRO LUIZ DE CASTRO ALGODOAL
E. EMIRENE NOGUEIRA	ROSÉLIA MIKIE IKEDA
FRANCISCO J. CALHEIROS RIBEIRO FERREIRA	ROS MARI ZENHA
GILSON GUIMARAES DOS SANTOS	WALTER PIRES
HAROLDO DE BARROS FERREIRA PINTO	YARA TOLEDO
JOSÉ CARLOS ANDERSEN	

Conselheiros com justificativa de ausência:

ÂNGELO IERVOLINO / ANTONIO ABEL ROCHA DA SILVA / GIOVANNI PALERMO / LAURA VALENTE DE MACEDO / MANUEL MESSIAS FERNANDO DA COSTA / MARCO ANTONIO BARBIERI / MARCOS MOLITERNO / VALDECIR CRISTINO PAPAZISSIS.

Conselheiros Suplentes presentes:

EDUARDO DELLA MANNA / HÉLIA MARIA SANTA PEREIRA / MARCELO PEDROSO DOS SANTOS / VILMA CLARICE GERALDI.

Secretaria Executiva:

Mary Lobas